



Simulado Final

DPE SC

Cargo: Analista Jurídico
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **DPE-SC**, cargo de **Analista Jurídico**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ajmmgdbT3QTH6Vpd6>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	15 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	16 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	61 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	62 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)	63 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)	64 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)	65 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)	66 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)	67 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)	68 - (A)(B)(C)(D)(E)
13 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)	69 - (A)(B)(C)(D)(E)
14 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)	70 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/BFTR>

LÍNGUA PORTUGUESA*Fabrizio Dutra*

Texto I

Como criar um vilão

A construção de vilões é parte essencial de qualquer narrativa, seja na literatura, no cinema, no teatro ou na televisão. Muitas vezes, o vilão é reduzido a uma figura caricata, previsível e pouco convincente, o que o torna esquecível. No entanto, quando bem elaborado, ele se transforma no fio condutor da trama, já que é a sua presença que torna o herói necessário e dá sentido ao conflito narrativo. Não por acaso, autores como Dan Brown afirmam começar suas histórias pela criação do vilão, reforçando a centralidade dessa figura na composição de um enredo envolvente.

Para que um vilão seja memorável, é indispensável que ele seja humanizado. Ainda que seus valores sejam distorcidos, o vilão precisa enxergar uma justificativa para suas ações, o que gera empatia ou, ao menos, compreensão por parte do público. Além disso, sua vulnerabilidade deve ser exposta, evitando o estereótipo de um antagonista invencível, que rapidamente se tornaria artificial e desinteressante. Esse traço de humanidade, quando bem trabalhado, intensifica o impacto da narrativa e torna o vilão mais marcante.

Outro elemento importante é o afastamento social. Vilões, em geral, são representados como personagens que vivem à margem da sociedade, seja física ou simbolicamente. Exemplos clássicos vão de Lex Luthor, escondido nos subterrâneos, a Darth Vader, isolado por sua condição e por suas escolhas. Essa marginalidade reforça a aura de estranheza e ameaça, permitindo que o antagonista se diferencie claramente do herói, mas sem deixar de carregar certa lógica interna de valores.

Por fim, vilões inesquecíveis raramente nascem assim: eles são moldados por circunstâncias, traumas ou escolhas equivocadas ao longo da vida. Ao apresentar sua trajetória, a narrativa evidencia como alguém que já teve virtudes foi gradualmente corrompido, como acontece com Darth Vader ou Lex Luthor. Essa transformação, somada a valores deturpados que priorizam objetivos acima da vida humana, confere complexidade psicológica

e profundidade dramática ao personagem. Dessa forma, o vilão deixa de ser apenas um obstáculo para o herói e se torna uma figura bastante capaz de permanecer na memória do leitor ou espectador.

1. Considerando o exposto pelo texto, analise as assertivas a seguir:

- I. A citação de Dan Brown reforça o argumento de que a criação do vilão deve preceder a do herói, evidenciando sua relevância estrutural.
- II. O afastamento social é interpretado como um símbolo da marginalidade do vilão, que pode se manifestar tanto em espaços físicos isolados quanto em comportamentos estranhos diante da sociedade.
- III. A exposição de vulnerabilidades reforça que o vilão seja caricatural, eliminando o estereótipo de inimigo invencível.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III

2. Para que um vilão seja memorável, é indispensável que ele seja humanizado. Ainda que seus valores sejam distorcidos, o vilão precisa enxergar uma justificativa para suas ações, o que gera empatia ou, ao menos, compreensão por parte do público.

Os conectivos apresentados acima têm valor semântico, respectivamente, de:

- a) conclusão e concessão
- b) causa e concessão
- c) finalidade e condição
- d) consequência e condição
- e) finalidade e concessão

3. Muitas vezes, o vilão é reduzido a uma figura caricata.

O elemento destacado acima pode ser substituído, com manutenção de sentido, por:

- a) Exagerada
- b) Singular
- c) Original
- d) Única
- e) Bizarra

4. Dessa forma, o vilão deixa de ser apenas um obstáculo para o herói e se torna uma figura capaz de permanecer na memória do leitor ou espectador.

No trecho, o conectivo “Dessa forma” introduz _____ e poderia ser

substituída por _____, _____ a necessidade de alterações a fim de que se mantivessem a correção e as relações de sentido do período.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- a) uma explicação – “Por isso” – havendo
- b) uma explicação – “Portanto” – não havendo
- c) uma conclusão – “Portanto” – havendo
- d) uma conclusão – “Desse modo” – não havendo
- e) uma conclusão – “Contudo” – não havendo

5. Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando os advérbios sublinhados às ideias por eles expressas no **último parágrafo**.

Coluna 1

- 1. raramente
- 2. bastante
- 3. assim

Coluna 2

- () modo
- () tempo.

() intensidade.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) 3 – 1 – 2.
- b) 3 – 2 – 1.
- c) 3 – 2 – 3.
- d) 1 – 2 – 3.
- e) 1 – 3 – 2

6. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de emprego da figura de linguagem conhecida como antítese.

- a) O vilão se constrói como a sombra necessária para que o mal exista.
- b) Muitas vezes, o vilão acredita agir em nome da justiça, quando na verdade alimenta apenas sua vaidade.
- c) Todo vilão memorável carrega em si não só a maldade, mas também a vulnerabilidade que o torna humano.
- d) Ao afastar-se da sociedade, o vilão reforça sua condição de marginal e de ameaça constante.
- e) O vilão, ao mesmo tempo em que destrói vidas, acredita estar salvando o mundo

7. Exemplos clássicos vão de Lex Luthor, escondido nos subterrâneos, a Darth Vader, isolado por sua condição e por suas escolhas.

A expressão sublinhada sintaticamente tem papel de:

- a) agente da passiva
- b) adjunto adverbial
- c) adjunto adnominal
- d) complemento nominal
- e) aposto

8. Leia o trecho abaixo, retirado do texto sobre a construção de vilões:

"Para que um vilão seja memorável, é indispensável que ele seja humanizado. Ainda que seus valores sejam distorcidos, o vilão precisa enxergar uma justificativa para suas ações, o que gera empatia ou, ao menos, compreensão por parte do público."

O tipo textual predominante no fragmento acima é:

- a) Narrativo
- b) Injuntivo
- c) Argumentativo
- d) Descritivo
- e) Expositivo

9. "Assim, o que é realmente preciso para criar um vilão inesquecível, que faça com que seus leitores e espectadores sejam capazes de sentir seu cheiro emanando das páginas do livro ou da tela do cinema?"

No período acima, o termo destacado "Assim" exerce papel de coesão textual, pois:

- a) retoma uma ideia anterior e indica conclusão do raciocínio.
- b) antecipa um exemplo que será detalhado em seguida.
- c) introduz uma causa que justifica a afirmação posterior.
- d) estabelece comparação entre dois modos de criar personagens.
- e) introduz oposição entre o herói e o vilão.

10. "Grandes vilões da literatura e do cinema têm algumas características em comum. Uma delas é que eles se tornaram vilões com o passar do tempo."

Assinale a alternativa correta sobre as classes gramaticais das expressões destacadas acima:

- a) pronome, pronome, pronome, verbo.
- b) pronome, conjunção, pronome, verbo.
- c) pronome, conjunção, pronome, substantivo.

d) adjetivo, pronome, pronome, substantivo.

e) adjetivo, conjunção, pronome, substantivo.

11. Assinale a alternativa que indica, correta e respectivamente, o tempo verbal das formas sublinhadas no trecho a seguir, retirado do texto:

Essa marginalidade reforça a aura de estranheza e ameaça, permitindo que o antagonista se diferencie claramente do herói, mas sem deixar de carregar certa lógica interna de valores.

- a) Pretérito perfeito do indicativo e pretérito imperfeito do indicativo.
- b) Pretérito perfeito do indicativo e futuro do subjuntivo
- c) Presente do indicativo e presente do subjuntivo.
- d) Presente do indicativo e pretérito imperfeito do indicativo.
- e) Presente do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo.

12. Para que um vilão seja memorável, é indispensável que ele seja humanizado.

A oração destacada acima exerce função de:

- a) complemento nominal
- b) adjunto adnominal
- c) aposto
- d) predicativo
- e) sujeito

13. Esse traço de humanidade, quando bem trabalhado, intensifica o impacto da narrativa e torna o vilão mais marcante

O verbo destacado acima, sintaticamente, pode ser classificado como:

- a) Verbo transitivo direto.
- b) Verbo transitivo indireto.
- c) Verbo transitivo direto e indireto.
- d) Verbo de ligação.
- e) Verbo intransitivo.

Texto II

A mulher e a patroa

Há homens que têm patroa. Ela sempre está em casa quando ele chega do trabalho. O jantar é rapidamente servido à mesa. Ela recebe um apertão na bochecha. A patroa pode ser jovem e bonita, mas tem uma atitude subserviente, o que lhe confere um certo ar robusto, como se fosse uma senhora de muitos anos atrás.

Há homens que têm mulher. Uma mulher que está em casa na hora que pode, às vezes chega antes dele, às vezes depois. Sua casa não é sua jaula nem seu fogão é industrial. A mulher beija seu marido na boca quando o encontra no fim do dia e recebe dele o melhor dos abraços. A mulher pode ser robusta e até meio feia, mas sua independência lhe confere um ar de garota, regente de si mesma.

Há homens que têm patroa, e mesmo que ela tenha tido apenas um filho, ou um casal, parece que gerou uma ninhada, tanto as crianças a solicitam e ela lhes é devota. A patroa é uma santa, muito boa esposa e muito boa mãe, tão boa que é assim que o marido a chama quando não a chama de patroa: mãezinha.

Há homens que têm mulher. Minha mulher, Suzana. Minha mulher, Cristina. Minha mulher, Tereza. Mulheres que têm nome, que só são chamadas de mãe pelos filhos, que não arrastam os pés pela casa nem confiscam o salário do marido, porque elas têm o dela. Não mandam nos caras, não obedecem aos caras: convivem com eles.

Há homens que têm patroa. Vou ligar pra patroa. Vou perguntar pra patroa. Vou buscar a patroa. É carinho, dizem. Às vezes, é deboche. Quase sempre é muito cafona.

Há homens que têm mulher. Vou ligar para minha mulher. Vou perguntar para minha mulher. Vou buscar minha mulher. Não há subordinação consentida ou disfarçada. Não há patrões nem empregados. Há algo sexy no ar.

Há homens que têm patroa.

Há homens que têm mulher.

E há mulheres que escolhem o que querem ser.

14. Há homens que têm patroa.

A expressão acima poderia ser reescrita corretamente, segundo a norma culta, por:

- a) Tem homens que têm patroa.
- b) Têm homens que tem patroa.
- c) Existe homens que possuem patroa.
- d) Existem homens que possuem patroa.
- e) Existem homens que tem patroa.

15. Considerando o exposto pelo texto-base, analise as assertivas a seguir:

- I. O termo **“patroa”** é usado no texto como metonímia de uma relação de poder e subserviência dentro do casamento, marcada pela dependência da mulher em relação ao homem.
- II. A figura da **“mulher”**, em oposição à “patroa”, representa um ideal de companheirismo e igualdade, em que há afeto, autonomia e convivência equilibrada.
- III. O texto sugere que o tratamento dado pelo homem à esposa nem sempre revela a forma como ele a enxerga.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas II e III

16. Considerando a palavra “abraços” (l. 03), analise as assertivas a seguir e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() Trata-se de um substantivo abstrato, simples e comum.

() O termo ‘abraço’ é formado por derivação regressiva.

() Poderia ser substituído no contexto por “enlace.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) V – V – V.

b) V – F – F.

c) F – V – V.

d) F – F – V.

e) F – V – F

17. Considerando os trechos a seguir, retirados do texto-base, assinale a alternativa na qual o pronome sublinhado esteja empregado como pronome adjetivo.

a) tanto as crianças a solicitam e ela lhes é devota

b) muito boa esposa e muito boa mãe

c) Sua casa não é sua jaula nem seu fogão é industrial.

d) A mulher pode ser robusta e até meio feia

e) Mulheres que têm nome

18. Considerando o emprego das vírgulas nos trechos a seguir, analise os itens.

I. Há relações em que a esposa é vista como parceira, dividindo responsabilidades e decisões.

II. Em outros casos a mulher é tratada como figura submissa, marcada pela dependência e pela rotina doméstica.

III. A diferença entre “patroa” e “mulher” revela, não apenas uma questão de linguagem, mas também de postura diante da vida conjugal.

Quais estão corretas quanto ao emprego de pontuação?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e II.

d) Apenas I e III.

e) Apenas II e III

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Renato Da Costa

19. O que acontece se as teclas de atalho Ctrl + Insert forem pressionadas quando aplicadas a um item selecionado em um documento do Word?

a) Assim como as teclas de atalho Ctrl + C, copia-se o item selecionado.

b) Assim como as teclas de atalho Ctrl + V, cola o conteúdo da área de transferência, sobrescrevendo o item selecionado.

c) Assim como as teclas de atalho Ctrl + X, recorta-se o item selecionado.

d) O item selecionado ficará em negrito.

e) O cursor será deslocado para o início do documento.

20. No Google Chrome, qual é a função principal do atalho de teclado Ctrl + Shift + T?

a) Salvar a página web atual no computador.

b) Abrir uma nova janela do navegador.

c) Reabrir a última aba que foi fechada.

d) Abrir uma nova aba na mesma janela do navegador.

e) Fechar a aba que está ativa atualmente.

21. Sobre as limitações do ChatGPT como ferramenta de Inteligência Artificial Generativa, assinale a alternativa correta:

- a) O ChatGPT possui acesso irrestrito à internet em tempo real, podendo consultar qualquer página ou banco de dados sem restrições, garantindo sempre informações atualizadas e verificadas, o que elimina a necessidade de checagem de fontes externas pelo usuário.
- b) Apesar de ser uma ferramenta poderosa para auxiliar em tarefas diversas, o ChatGPT não substitui o pensamento crítico humano, podendo gerar respostas com erros factuais, vieses ou desatualizações, razão pela qual suas saídas devem ser analisadas de forma criteriosa e contextualizadas com outras fontes confiáveis.
- c) O ChatGPT tem plena capacidade de interpretar emoções humanas e tomar decisões éticas de forma autônoma, apresentando julgamentos morais que podem ser aplicados diretamente em processos administrativos, jurídicos ou educacionais, sem intervenção humana.
- d) Por se tratar de um modelo estatístico avançado, o ChatGPT não apresenta limitações relacionadas a ambiguidades linguísticas, compreendendo de forma inequívoca todo tipo de contexto, inclusive expressões regionais, gírias ou ironias, o que garante total precisão em diálogos complexos.
- e) O ChatGPT é capaz de monitorar documentos e sistemas de informação de um usuário de forma contínua e automática, realizando alterações nos arquivos e atualizando-os conforme necessário, mesmo sem autorização explícita, funcionando como um gestor digital totalmente autônomo.

22. Qual dos seguintes caracteres NÃO pode ser utilizado no nome de um arquivo ou pasta no sistema operacional Microsoft Windows 10?

- a) Hífen
- b) Sublinhado
- c) Espaço
- d) Ponto de exclamação
- e) Ponto de interrogação

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

23. De acordo com o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa incorreta

- a) A lei nova que traz disposições de caráter geral não tem o condão de revogar a legislação anterior de natureza especial.
- b) A edição de lei temporária é admitida no ordenamento jurídico brasileiro.
- c) Alterações de redação em lei já existente não configuram criação de nova lei.
- d) A lei posterior pode revogar a anterior quando regula inteiramente a matéria, ainda que não haja menção expressa.
- e) A revogação de norma anterior pela lei nova depende, necessariamente, de previsão expressa, pois não pode ocorrer também de forma tácita.

24. Durante uma entrega, o motorista empregado de uma sociedade empresária desrespeitou a sinalização de trânsito, em razão da pressa, e colidiu com uma ambulância do Município de Água Doce/SC, causando danos materiais ao veículo público. À luz do CC/2002, é correto afirmar que

- a) A responsabilidade é apenas do empregado, pois ele agiu com culpa.
- b) A sociedade empresária responde objetivamente por seu empregado, no exercício do trabalho.
- c) A sociedade empresária responde de forma subjetiva, exigindo-se prova de sua culpa própria.
- d) A sociedade empresária responde apenas por presunção de culpa.
- e) A responsabilidade é exclusiva do empregado, que responde objetivamente pelos danos.

25. Analise as proposições abaixo acerca do contrato de compra e venda:

- I. Salvo ajuste em sentido diverso, o adquirente responde pelos débitos que incidirem sobre a coisa até a tradição.
- II. É permitido que as partes estipulem o preço tomando por base índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.
- III. Não será válido o contrato de compra e venda se a fixação do preço ficar ao arbítrio exclusivo de apenas uma das partes.

Com base no CC/2002, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas II.
- b) I, II e III.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas I.
- e) Apenas II e III.

26. Segundo o Código Civil, sobre os Fatos Jurídicos, assinale a alternativa correta

- a) A incapacidade relativa de uma das partes pode sempre ser invocada pela outra em benefício próprio, independentemente de tratar-se de objeto indivisível.
- b) A validade do negócio jurídico requer: agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, e forma prescrita ou não defesa em lei.
- c) A validade da declaração de vontade depende de forma especial, ainda que a lei não a exija.
- d) A impossibilidade inicial do objeto nunca invalida o negócio jurídico, mesmo que seja absoluta e permanente.
- e) A escritura pública é indispensável para qualquer negócio jurídico que envolva bens imóveis, independentemente de seu valor.

27. Marina, precisando urgentemente de dinheiro para custear a cirurgia de sua mãe, vendeu seu carro a Pedro por um valor muito inferior ao de mercado. Pedro sabia da situação emergencial de Marina e, ciente disso, insistiu para que o contrato fosse concluído rapidamente. Dias depois, arrependida, Marina buscou anular o negócio. À luz do CC/2002, assinale a alternativa correta

- a) O negócio é válido, pois a vontade foi manifestada livremente, ainda que motivada por necessidade pessoal.
- b) O negócio é nulo, já que o preço inferior ao de mercado inviabiliza a compra e venda.
- c) O negócio é anulável, pois a situação de urgência, conhecida por Pedro, caracterizou estado de perigo.
- d) O negócio é anulável por dolo, já que Pedro se aproveitou da situação de Marina.
- e) O negócio é válido, mas pode ser rescindido apenas por acordo entre as partes.

28. Analise as assertivas a seguir sobre os Direitos da Personalidade no ordenamento jurídico brasileiro assinale a alternativa correta.

I. Os Direitos da Personalidade são, em regra, intransmissíveis e irrenunciáveis, mas sua limitação voluntária no exercício é admitida, desde que não seja permanente nem geral, e não contrarie a lei, a ordem pública ou os bons costumes, especialmente em face de disposições de caráter patrimonial.

II. A tutela dos Direitos da Personalidade cessa com a morte da pessoa natural, não podendo ser exercida por seus sucessores ou por terceiros para proteger sua memória e honra post mortem.

III. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da mesma proteção dispensada ao nome, equiparando-se a ele para todos os fins de direito.

IV. É vedada, em qualquer hipótese, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, pois a vida e o corpo humano são considerados bens indisponíveis pelo Código Civil.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- d) Apenas a assertiva IV está correta.
- e) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

29. Em relação à Defensoria no âmbito do Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Dispensa-se a juntada de procuração se a parte estiver representada pela Defensoria Pública.
- b) A testemunha arrolada pela Defensoria Pública será intimada pela via judicial.
- c) Figurando grande número de pessoas no polo passivo de uma ação possessória, será indispensável a intimação da Defensoria Pública.

d) No litígio coletivo pela posse de imóvel, a Defensoria Pública será intimada sempre que houver parte beneficiária de gratuidade da justiça.

e) O instrumento de transação referendado pela Defensoria Pública é considerado título executivo extrajudicial.

30. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, Lei nº 13.105/2015, analise as assertivas abaixo:

I – As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

II - Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.

III - O processo começa por impulso oficial e se desenvolve por iniciativa das partes.

Quais estão corretas?

- a) I, II e III.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I.
- d) Apenas II.
- e) Apenas III.

31. Caio ajuizou ação de indenização por danos morais em desfavor de Pedro. Após a instrução, o juízo julgou procedente o pedido de Caio, condenando-o ao pagamento de R\$ 5.000,00 a título de danos morais. Após o trânsito em julgado, Caio peticionou requerendo o cumprimento de sentença. Considerando que Pedro foi representado pela Defensoria Pública, o devedor será intimado para cumprir a sentença:

- a) por edital.
- b) por oficial de justiça.
- c) pela defensoria pública.
- d) por carta com aviso de recebimento.
- e) pelo diário de justiça.

32. Tício pretende ingressar com ação revisional de alimentos e, para tanto, procura a Defensoria Pública para o ajuizamento da ação. Pretende, ainda, requerer os benefícios da gratuidade de justiça, por alegar ser hipossuficiente. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) Caso Tício fosse assistido por advogado particular, haveria impedimento da concessão da gratuidade.
- b) Não se admite a concessão de gratuidade parcial, a abranger apenas alguns atos processuais.
- c) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida por Tício.
- d) Se a gratuidade for indeferida pelo juízo ao analisar a petição inicial, não caberá recurso de imediato, devendo o tema ser alegado em preliminar de apelação.
- e) A concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

33. De acordo com o Código de Processo Civil, Lei nº 13.105/2015, assinale a alternativa correta sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

- a) A Defensoria Pública tem legitimidade expressa para requerer a instauração do IRDR.
- b) A desistência ou o abandono do processo impede o exame de mérito do incidente.
- c) Serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas.
- d) O incidente será julgado no prazo de 1 (um) ano e terá preferência sobre todos os demais feitos.
- e) Do julgamento do mérito do incidente caberá apelação.

34. Mévio, assistido pela Defensoria Pública, ajuizou ação de inexistência de débito c/c pedido de indenização por danos morais em face de instituição financeira privada. Solicitou tutela de urgência a fim de que seu nome fosse retirado dos cadastros de proteção ao crédito. Quanto ao tema das tutelas provisórias, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil.

- a) A tutela somente poderá ser deferida após justificação prévia.
- b) A tutela será concedida se houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- c) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- d) Eventual irreversibilidade da decisão não influencia na concessão ou não da tutela de urgência.
- e) A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, a qualquer juízo.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

35. Acerca do fato típico, da ilicitude e da culpabilidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) O excesso nas excludentes de ilicitude é sempre punível, ainda que acidental
- b) Aquele que praticar fato típico e ilícito em situação de embriaguez voluntária ou culposa deverá ser responsabilizado criminalmente pelo fato
- c) O Código Penal, como regra, adota a teoria da equivalência dos antecedentes causais, segundo a qual considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido
- d) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços
- e) será isento de pena aquele que praticar o fato em situação de embriaguez acidental completa

36. Marte, com a ajuda de seu aliado Mercúrio, assassina sua ex-esposa Vênus, inconformado com o término do relacionamento. O crime ocorre na presença do filho menor do casal, Cupido. Marte e Mercúrio haviam planejado o ato juntos, sendo que Mercúrio auxiliou Marte a imobilizar Vênus antes que ela fosse morta. Durante toda a ação, Cupido presenciou o crime.

Com base nessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Marte responderá pelo crime de homicídio simples, enquanto Mercúrio será responsabilizado apenas como partícipe, pois não possuía vínculo direto com a vítima
- b) Marte e Mercúrio responderão pelo crime de feminicídio, com aplicação da causa de aumento de pena pela presença do descendente da vítima durante a execução do crime
- c) Marte será responsabilizado por feminicídio, enquanto Mercúrio responderá por participação no mesmo crime, sem incidência de qualquer majorante, já que a presença do descendente não interfere na tipificação penal
- d) Marte e Mercúrio responderão por homicídio qualificado pelo feminicídio, com aplicação da majorante pela presença do descendente da vítima no momento do crime
- e) Marte será responsabilizado por feminicídio, com aplicação da causa de aumento de pena pela presença do descendente da vítima, enquanto Mercúrio responderá por homicídio qualificado

37. Diana, servidora pública estadual devidamente autorizada a incluir, excluir e alterar dados no sistema, inseriu informações falsas em banco de dados da Administração Pública, com o objetivo de beneficiar seu neto, Apolo. Apesar da conduta de Diana, Apolo não obteve qualquer benefício, pois o crime foi descoberto. A conduta praticada por Diana, à luz do que dispõe o Código Penal Brasileiro, enquadra-se, conforme os elementos descritos, no seguinte tipo penal:

- a) Peculato consumado
- b) Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, consumado
- c) Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, tentado
- d) Inserção de dados falsos em sistema de informações, consumado
- e) Inserção de dados falsos em sistema de informações, tentado

DIREITO PENAL (LEGISLAÇÃO ESPECIAL)

Antônio Pequeno

38. Caso um agente do público pratique um crime de tortura, conforme a Lei nº 9.455/1997, e venha ser condenado, terá como efeito da condenação:

- a) A perda do cargo e ficará interditado pelo dobro do prazo da pena aplicada
- b) A perda do cargo e ficará interditado pelo triplo do prazo da pena aplicada
- c) A suspensão do cargo pelo um período de três anos
- d) A suspensão do cargo pelo um período de dois anos
- e) A suspensão do cargo pelo um período de quatro anos

39. Com base na lei nº 13.869/2019, podemos afirmar que é possível a substituição da pena privativa de liberdade pelas penas restritivas de direitos. De acordo com a lei mencionada, são penas restritivas de direitos:

- a) Detenção
- b) Reclusão
- c) A prestação de serviço à comunidade e a suspensão do exercício do cargo, mandato ou função pública com perda de vencimentos e vantagens pelo um período de um mês a seis meses.
- d) Prisão simples
- e) Multa

40. Marque a alternativa correta que traga um crime hediondo de acordo com a Lei nº 8072/1990.

- a) Associação ao crime de genocídio.
- b) Lesão corporal grave.
- c) Roubo com emprego de arma branca.
- d) tráfico de pessoas contra qualquer vítima.
- e) Sequestro contra qualquer vítima.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

41. Acerca das garantias constitucionais aplicáveis ao processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) O mandado de segurança pode substituir o habeas corpus quando alguém sofrer ou estiver sob ameaça de sofrer violência ou coação ilegal em sua liberdade de locomoção.
- b) Em caso de prisão em flagrante, a autoridade deve comunicar o fato à família do preso ou à pessoa por ele indicada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- c) É válida a gravação de conversa informal entre policiais e conduzido no momento da lavratura do auto de prisão em flagrante, ainda que este não tenha sido previamente informado de seu direito ao silêncio.
- d) O habeas corpus exige sempre a assinatura de advogado para ser admitido.
- e) Não é permitido o ingresso na residência de uma pessoa apenas em razão de denúncia anônima e de eventual fuga ao avistar a polícia.

42. A Constituição da República assegura os princípios da ampla defesa e do contraditório. O Código de Processo Penal, em harmonia com essas garantias, prevê regras específicas sobre o tratamento do acusado e de seu defensor. Com base no CPP, assinale a alternativa correta:

- a) A audiência não poderá ser adiada pela ausência do defensor, ainda que justificada.
- b) Para a constituição de defensor é dispensável procuração quando o acusado o indicar no momento do interrogatório.
- c) A intimação do réu revel para o ato de seu interrogatório é facultativa.
- d) O acusado revel será julgado independentemente da presença de defensor ou advogado.
- e) A intimação do defensor público nomeado será realizada de forma impessoal.

43. A respeito do Inquérito Policial, conforme disposto no Código de Processo Penal, marque a opção CORRETA.

- a) A natureza do inquérito policial é essencialmente pública, sendo o sigilo uma exceção que só pode ser imposta mediante ordem judicial expressa.
- b) Após a conclusão do Inquérito Policial e a remessa dos autos ao juízo, a Autoridade Policial fica vedada de comunicar o fato ao Instituto de Identificação e Estatística, ou órgão similar, antes que haja uma condenação transitada em julgado, em respeito ao princípio da presunção de inocência.
- c) Caso a investigação policial demonstre de forma cabal a existência de uma excludente de ilicitude, como a legítima defesa, o Delegado de Polícia deve, obrigatoriamente, determinar o arquivamento do Inquérito, comunicando sua decisão ao Ministério Público em até 10 dias.
- d) Uma vez finalizado o Inquérito Policial, o Ministério Público está impedido de solicitar o retorno dos autos à autoridade policial para a realização de novas diligências, embora possa, por iniciativa própria, promover investigações complementares.
- e) Tanto a vítima (ou seu procurador) quanto o investigado possuem o direito de solicitar a realização de quaisquer atos investigatórios, cabendo à autoridade policial decidir, de forma discricionária, pela sua efetivação.

44. A depender da definição do tipo penal no Código Penal, a ação penal pode ser de iniciativa privada. Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta quanto às regras aplicáveis à ação penal privada:

- a) Caso o querelante conceda perdão a um dos querelados e este aceite, o perdão se estenderá automaticamente a todos os demais querelados, em razão do princípio da indivisibilidade da ação.
- b) A ação penal será considerada perempta se, após iniciada, o querelante deixar de impulsionar o processo por 20 dias consecutivos.
- c) O perdão do querelante poderá ser aceito por procurador que detenha poderes gerais.
- d) Fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas podem exercer a ação penal, sendo representadas por quem estiver designado em seus contratos ou estatutos ou, na ausência de previsão, por seus diretores ou sócios-gerentes.
- e) Em caso de falecimento do ofendido ou quando este for declarado ausente judicialmente, a punibilidade do agente é extinta, já que o direito de queixa é personalíssimo.

45. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito das regras de competência, conforme previstas no Código de Processo Penal:

- a) A competência jurisdicional será determinada pelo local da infração, pelo domicílio ou residência do réu, pela natureza do crime, pela distribuição, pela conexão ou continência, pela prevenção ou, ainda, por prerrogativa de função.
- b) Configura-se competência por prevenção sempre que dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa tiverem praticado algum ato processual ou medida relativa ao processo, mesmo que anterior à denúncia ou queixa.
- c) Quando não se conhece o local da infração, a competência será fixada pelo domicílio ou residência do réu. Se o réu não tiver residência fixa ou estiver em paradeiro ignorado, a competência será definida pela natureza do delito.

d) É admissível determinar a competência pelo domicílio da vítima nos crimes de estelionato cometidos mediante depósito.

e) Na definição da competência por conexão ou continência, se houver jurisdições de diferentes graus, prevalecerá a de maior hierarquia.

46. Com base nas disposições do Código de Processo Penal sobre provas e restituição de bens apreendidos, assinale a alternativa correta:

- a) Mesmo sem trânsito em julgado da sentença, um veículo apreendido poderá ser restituído, ainda que ainda seja de interesse para o processo.
- b) A restituição de bens apreendidos nunca pode ser determinada pela autoridade policial, exigindo sempre decisão judicial.
- c) Provas ilícitas devem ser retiradas do processo, mas provas derivadas dessas ilícitas não são necessariamente desentranhadas.
- d) O interrogatório não poderá ser realizado se o interrogando não souber escrever ou não puder assinar.
- e) O juiz pode determinar de ofício a busca e apreensão de bens ou documentos.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

47. Sobre a Teoria Geral dos Direitos Fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos do homem são aqueles positivados em textos constitucionais ou em tratados internacionais de proteção aos direitos humanos.
- b) A doutrina majoritária reconhece a existência de cinco gerações de direitos fundamentais, sendo a quarta geração relacionada aos direitos difusos e coletivos e a quinta geração voltada à igualdade de gênero.
- c) A característica da universalidade dos direitos fundamentais implica que todos os indivíduos, sem distinção, possuem os mesmos direitos em qualquer tempo e lugar, independentemente de sua condição específica.
- d) Os direitos fundamentais podem ser restringidos em situações excepcionais, como no estado de sítio e no estado de defesa, respeitando-se, contudo, o núcleo essencial desses direitos.
- e) A eficácia horizontal dos direitos fundamentais se restringe às relações entre o indivíduo e o Estado, não se aplicando às relações entre particulares.

48. Sobre o processo legislativo previsto na CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis ordinárias, leis complementares, leis delegadas, medidas provisórias, decretos presidenciais e resoluções.
- b) O princípio da simetria impõe que as regras básicas do processo legislativo estabelecidas na CF/1988 sejam obrigatoriamente observadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- c) O controle judicial preventivo da constitucionalidade pode ser realizado pelo Supremo Tribunal Federal por meio de ação direta de inconstitucionalidade antes da promulgação de uma lei.
- d) O veto presidencial é ato político irretratável, não podendo ser superado pelo Congresso Nacional,

ainda que a maioria absoluta dos parlamentares vote pela sua rejeição.

- e) As medidas provisórias são incluídas no processo legislativo comum, devendo seguir o mesmo rito de tramitação das leis ordinárias.

49. Lucas, servidor público federal, teve sua promoção funcional negada por decisão administrativa fundamentada em interpretação controvertida de norma interna, mesmo preenchendo todos os requisitos objetivos para o avanço na carreira. Após tentar resolver a situação administrativamente sem sucesso, buscou ajuda jurídica para reverter a situação. Seu advogado analisou o caso e entendeu que o ato foi ilegal, pois violou direito subjetivo de Lucas, líquido e certo, comprovável por documentos oficiais já existentes. Considerando o caso narrado e os remédios constitucionais previstos na CF/1988, assinale a alternativa que apresenta o instrumento processual mais adequado para a tutela do direito violado:

- a) Habeas corpus, pois houve violação a direito fundamental do servidor público, justificando-se a concessão de ordem em defesa da sua dignidade funcional.
- b) Ação popular, pois o ato administrativo ilegal que negou a promoção de Lucas viola o princípio da moralidade administrativa, sendo passível de anulação por qualquer cidadão.
- c) Mandado de segurança, pois o direito à promoção funcional é líquido e certo, e o ato administrativo violador é de autoridade pública, não sendo cabível habeas corpus nem habeas data.
- d) Habeas data, pois a obtenção da promoção funcional depende do acesso e eventual retificação de informações constantes no banco de dados funcional da Administração.
- e) Mandado de injunção, pois a norma interna que disciplina a promoção é de eficácia limitada e ainda carece de regulamentação, impedindo o exercício pleno do direito de Lucas.

50. Rafael, foi vítima de sucessivos episódios de violência psicológica e física praticados por seu companheiro, João, em contexto de relação afetiva e convivência doméstica. Ao buscar proteção legal, teve negado o pedido de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, sob o fundamento de que a norma teria aplicação exclusiva às mulheres cisgênero. Diante da omissão legislativa quanto à proteção específica de homens GBTI+ vítimas de violência doméstica, o Ministério Público propôs ação constitucional para assegurar o direito fundamental de Rafael à segurança, à dignidade e à igualdade, invocando a jurisprudência mais atual do Supremo Tribunal Federal.

Com base no caso narrado e na jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta

- a) A negativa do pedido de medidas protetivas é legítima, pois a Lei Maria da Penha tem como pressuposto a violência de gênero contra a mulher, sendo inaplicável a casais homoafetivos masculinos.
- b) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a mora legislativa em editar norma específica e determinou, por meio de mandado de injunção, a aplicação da Lei Maria da Penha a casais homoafetivos masculinos, em determinadas circunstâncias.
- c) O mandado de injunção não é a via adequada para suprir lacuna legislativa em matéria penal ou processual penal, razão pela qual eventual omissão deve ser solucionada pelo controle concentrado de constitucionalidade.
- d) A proteção contra violência doméstica nas relações homoafetivas já é plenamente assegurada pela legislação comum, não havendo necessidade de extensão da Lei Maria da Penha a esses casos.
- e) Apenas decisão vinculante em sede de ação direta de inconstitucionalidade pode obrigar o Poder Judiciário a aplicar analogicamente a Lei Maria da Penha em relações homoafetivas masculinas.

DIREITO CONSTITUCIONAL - PARTE DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

51. A Magna Carta de 1988 prevê a federalização de crimes graves contra os direitos humanos. A respeito do disposto expressamente junto ao texto constitucional, é correto o que se afirma em:

- a) diante de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República poderá impetrar habeas corpus, impondo-se a liberação imediata da vítima até o trânsito em julgado do processo
- b) há previsão de deslocamento de competência para a Justiça Federal, quando ainda na fase do inquérito, a ser suscitado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal
- c) o Superior Tribunal de Justiça terá competência para apreciar o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal
- d) com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, representantes do Ministério Público terão legitimidade para suscitar o deslocamento das ações da Justiça Federal para a Justiça Comum
- e) uma vez que se trata de grave violação aos direitos humanos, o Supremo Tribunal Federal será competente para apreciar os pedidos de deslocamento de competência para a Justiça Federal

52. A respeito do Direito Internacional dos Direitos Humanos em face do Direito Constitucional Brasileiro Positivo, julgue os itens a seguir.

- I. A essencialidade material dos direitos humanos admite que se reconheça proteção a direito ainda que ele não se encontre expressamente previsto.
- II. Os direitos humanos não são absolutos, de modo que a relatividade ou limitabilidade se impõe frente ao caso concreto para a salvaguarda da dignidade humana.
- III. Atualmente, diz-se que há uma verdadeira simbiose entre os conceitos de direitos humanos e direitos fundamentais, ao passo do compromisso que tem se estreitado entre os Organismos Internacionais e os Estados soberanos.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

53. Quanto aos mecanismos de promoção dos Direitos Humanos expressamente previstos junto ao texto constitucional, julgue os itens a seguir.

- I. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- II. A Norma Constitucional é aberta ao reconhecimento de direitos e garantias decorrentes do regime, de princípios e de tratados internacionais que o país tenha ratificado.
- III. A fim de demonstrar seu compromisso com a efetivação dos direitos humanos, a Carta Constitucional admite que tratados internacionais referentes à matéria possam assumir natureza de emenda constitucional.

Está incorreto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.

- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

54. Conforme a Lei nº 8.429/1992 e suas alterações posteriores, notadamente no que tange à caracterização dos atos de improbidade administrativa e suas sanções, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) os sucessores daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos à obrigação de repará-lo, mas apenas até o limite do valor da herança ou patrimônio transferido.
- b) a exigência de dolo para a configuração dos atos de improbidade aplica-se exclusivamente aos atos que importam enriquecimento ilícito e aos atos que atentam contra os princípios da administração pública, não se aplicando aos atos que causam prejuízo ao erário.
- c) qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- d) os atos de improbidade que atentam contra os princípios exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para serem passíveis de sancionamento e independem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.
- e) para a aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa, exige-se a comprovação de responsabilidade subjetiva, sendo necessária a demonstração de dolo específico.

55. Em relação à execução dos contratos administrativos, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) a execução do contrato poderá ser acompanhada por qualquer servidor público, sem a necessidade de designação específica.
- b) o contratado poderá substituir o objeto contratado por outro de funcionalidade similar, desde que com a concordância do fiscal.
- c) o contratado não é obrigado a manter representante no local da obra ou do serviço.
- d) a responsabilidade do fiscal do contrato é transferida ao terceiro contratado para assisti-lo, desde que este assuma formalmente tal função.
- e) o contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou defeitos resultantes de sua execução.

56. De acordo com a Lei nº 8.987/1995, no que se refere à intervenção do poder concedente na concessão de serviços públicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) a intervenção deverá ser precedida de decreto que contenha a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.
- b) declarada a intervenção, deve o poder concedente instaurar procedimento administrativo no prazo de 30 dias, para comprovar as causas da medida e apurar responsabilidades.
- c) caso a intervenção não seja concluída no prazo de 180 dias, será considerada inválida.
- d) cessada a intervenção, a devolução da administração do serviço à concessionária independe da prestação de contas por parte do interventor.
- e) a intervenção tem como finalidade assegurar a adequação na prestação do serviço e o cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais.

57. Com base na doutrina e na jurisprudência acerca da responsabilidade civil do Estado no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) a responsabilidade civil do Estado por omissão é sempre objetiva, independentemente da natureza da omissão.
- b) o dano exclusivamente econômico, mesmo sem violação a direito juridicamente tutelado, enseja obrigação de indenizar.
- c) a teoria do risco integral admite excludentes de responsabilidade, como culpa exclusiva da vítima ou caso fortuito.
- d) a responsabilidade civil do Estado, fundada na teoria do risco administrativo, exige a comprovação de dolo ou culpa.
- e) a responsabilidade objetiva do Estado exige a comprovação de dano, conduta administrativa e nexo de causalidade, não havendo necessidade de demonstração de dolo ou culpa do agente.

58. De forma simplificada, pode-se dizer que o direito administrativo é o conjunto de princípios e normas que rege a administração pública. Por outro lado, as fontes representam as bases, as origens do direito administrativo. Nesse sentido, é fonte principal e primária do Direito Administrativo:

- a) os costumes.
- b) a jurisprudência.
- c) as decisões judiciais inter partes.
- d) a doutrina.
- e) as decisões judiciais com eficácia erga omnes.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS - TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL COLETIVO. PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO CIVIL COLETIVO. CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS. DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS EM SENTIDO ESTRITO, INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E METAINDIVIDUAIS. PROCESSO CIVIL COLETIVO. PRINCÍPIOS. COMPETÊNCIA. LEGITIMIDADE. LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA. LITISCONSÓRCIO. ÔNUS DA PROVA. COISA JULGADA. RECURSO. LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO. LEI 13.105/2015. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (LEI Nº 7.347/1985). MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (LEI Nº 12.016/1909). LEI Nº 4.717/1965 (AÇÃO POPULAR). LEI Nº 9.507/1997 (HABEAS DATA COLETIVO). LEI 13.300/2016 (MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO) TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA: NATUREZA JURÍDICA, LIMITES E LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO ÂMBITO DO PROCESSO COLETIVO. LEI Nº 7.853/1989 E LEI 13.146/2015 (DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA). DIREITO DOS IDOSOS. LEI Nº 10.741/2003 (ESTATUTO DO IDOSO). IGUALDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL; LEI 12.288/2010 (ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL). LEI 12.711/2012 (LEI DE COTAS). LEI 6.001/73 (ESTATUTO DO ÍNDIO). LEI 15.142/2025. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI Nº 9.394/1996)

Ricardo Torques

59. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a Defensoria NÃO tem legitimidade para a propositura de ação

- a) civil pública visando promover a defesa de direitos individuais homogêneos de beneficiários de planos de saúde contra eventuais abusividades praticadas pelas operadoras.
- b) civil pública visando impor ao Estado o cumprimento de obrigações legais na tutela de pequenos agricultores familiares.

- c) civil pública com o objetivo de defender direitos difusos, direitos coletivos em sentido estrito e direitos individuais homogêneos de consumidores lesados em relações com instituições financeiras
- d) civil pública na defesa dos direitos individuais homogêneos dos beneficiários contra abusividades praticadas pelas operadoras de plano de saúde e administradoras de benefícios, nas relações contratuais envolvendo a saúde suplementar.
- e) civil pública independentemente da existência concreta ou potencial de necessitados.

60. Segundo a Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, percentual mínimo de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público. Esse percentual, segundo a referida lei será de:

- a) 20%
- b) 30%
- c) 40%
- d) 50%
- e) 10%

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS - TUTELA DO DIREITO À SAÚDE. O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: LEI Nº 8.080/1990. LEI Nº 10.216/2001.*Lígia Carvalheiro Fernandes*

61. São considerados direitos da pessoa portadora de transtorno mental, exceto:

- a) ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades
- b) ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade
- c) ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração provenientes dos profissionais de saúde
- d) ter garantia de sigilo nas informações prestadas
- e) ter direito à presença médica, em qualquer tempo para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS - DIREITO À MORADIA. USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL RURAL (ART. 191 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E LEI Nº 6.969/1981). POLÍTICA URBANA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI Nº 10.257/2001 (ESTATUTO DA CIDADE). MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.220/2001 ATUALIZADA (CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA). LEI Nº 11.977/2009. LEI 13.465/2017. LEI 12.587/2012. DECRETO Nº 7.053/2009 (POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA). CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (LEI Nº 8.078/90).*Paulo Sousa*

62. O Plano Diretor, previsto no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), é o principal instrumento da política de desenvolvimento urbano. Sobre suas características, analise as proposições abaixo:

- I. A adoção do Plano Diretor é obrigatória para municípios com população superior a vinte mil habitantes.

II. O processo de formulação e fiscalização do Plano Diretor deve assegurar a publicidade e o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

III. O conteúdo do Plano Diretor deve abranger a totalidade do território municipal, não apenas áreas específicas.

IV. A lei que o instituir deverá ser revisada em prazo máximo de cinco anos, contados de sua aprovação.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas I e IV.
- d) Apenas I, II e III.
- e) I, II, III e IV.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS - TEORIA GERAL DO DIREITO AMBIENTAL. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL. CONCEITO DE BEM JURÍDICO AMBIENTAL. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE. DIREITO-DEVER FUNDAMENTAL AO AMBIENTE. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL (LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA) EM MATÉRIA AMBIENTAL. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (LEI Nº 6.938/81). SISNAMA – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL. POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO (LEI 11.445/07 E DECRETO 7.217/2010).

André Rocha

63. Considerando o Direito Ambiental e a jurisprudência do STJ e do STF em matéria ambiental, assinale a alternativa correta.
- a) Quanto ao dano ambiental, a condenação à obrigação de fazer ou de não fazer possui caráter subsidiário, sendo admitida quando não for possível a condenação em reparação em dinheiro. .
 - b) No caso de danos ambientais individuais, a pretensão de indenização está sujeita à prescrição, cujo termo inicial conta-se da ciência inequívoca dos efeitos do fato gerador.
 - c) Quem ilegalmente desmata, ou deixa que desmatem, floresta ou vegetação nativa responde subjetivamente pela completa recuperação da área degradada, sem prejuízo do pagamento de indenização pelos danos, inclusive morais, que tenha causado.
 - d) As obrigações ambientais podem ser cobradas em relação ao proprietário rural atual ou anterior, porquanto possuem natureza *propter rem*, ficando excluído, portanto, o mero possuidor.
 - e) O sujeito passivo da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) é obrigado a entregar até o dia 31 de janeiro de cada ano relatório das atividades exercidas no ano anterior, cujo modelo será

definido pelo Ibama, para o fim de colaborar com os procedimentos de controle e fiscalização.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA DPE-SC

Tiago Zanolla

64. De acordo com a Lei Complementar nº 575/2012, que organiza a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta quanto à estrutura orgânica da instituição:
- a) Os órgãos de administração superior são compostos apenas pela Defensoria Pública-Geral e pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.
 - b) Os Núcleos Especializados e os Núcleos Regionais integram os órgãos de atuação da Defensoria Pública.
 - c) Os Defensores Públicos e Defensores Públicos Substitutos não integram a estrutura orgânica da Defensoria Pública.
 - d) A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública é considerada órgão de atuação.
 - e) A Subdefensoria Pública-Geral integra os órgãos de execução.
65. De acordo com a Lei nº 6.745/1985, assinale a alternativa correta quanto às infrações disciplinares puníveis com suspensão de até 30 dias:
- a) Comparecer ao serviço sem estar decentemente trajado e em condições de higiene.
 - b) Deixar de atender, sem justo motivo, a sindicância ou processo disciplinar.
 - c) Ofensa moral contra qualquer pessoa no recinto da repartição.
 - d) Retirar, sem autorização, documentos ou objetos da repartição, ainda que em benefício próprio.
 - e) Falta de espírito de cooperação com os colegas de trabalho.

66. Sobre os princípios institucionais da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da unidade garante que a Defensoria Pública, mesmo composta por diversos órgãos e membros, atue como um todo orgânico, mas permite interferência administrativa entre Defensorias estaduais e a Defensoria Pública da União.
- b) O princípio da indivisibilidade assegura que os defensores públicos possam se substituir livremente nos processos, garantindo continuidade da prestação do serviço, sem que isso implique obrigatoriedade de manter as mesmas teses do substituído.
- c) A independência funcional confere ao defensor público autonomia absoluta, inclusive para desconsiderar normas institucionais e recusar atuação sem qualquer possibilidade de substituição por outro membro.
- d) A independência administrativa, e não a independência funcional, é a que autoriza o defensor público a decidir pela propositura de ações ou pela interposição de recursos, segundo sua convicção jurídica.
- e) O princípio da indivisibilidade veda a atuação conjunta de mais de uma Defensoria Pública em um mesmo processo, sob pena de nulidade dos atos praticados.

67. Sobre os objetivos da Defensoria Pública, previstos no art. 3º-A da LC nº 80/1994, assinale a alternativa correta:

- a) A Defensoria Pública tem como objetivo apenas assegurar o acesso à justiça dos economicamente hipossuficientes, restringindo sua atuação à defesa em juízo desses indivíduos.
- b) A prevalência dos direitos humanos não integra os objetivos institucionais da Defensoria Pública, sendo esta atribuição exclusiva do Ministério Público.
- c) A Defensoria Pública, como órgão essencial à Justiça, tem por objetivo a primazia da dignidade da

pessoa humana, a redução das desigualdades sociais, a afirmação do Estado Democrático de Direito e a observância da ampla defesa e do contraditório.

- d) A proteção da dignidade da pessoa humana pela Defensoria Pública se limita ao campo criminal, não alcançando as demais áreas do Direito.
- e) A afirmação do Estado Democrático de Direito é um princípio aplicável apenas ao Poder Judiciário, não se relacionando diretamente com a Defensoria Pública.

DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Lilian Novakoski

68. De acordo com o ECA, é correto afirmar que:

- a) Criança é a pessoa até 14 anos de idade incompletos, e adolescente é aquele entre 14 e 18 anos.
- b) A prioridade absoluta assegurada a crianças e adolescentes se limita ao atendimento em programas de assistência social.
- c) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais da criança e do adolescente.
- d) O ECA prevê que a aplicação de medidas socioeducativas pode ser estendida a pessoas maiores de 21 anos, desde que o ato infracional tenha sido praticado na adolescência.
- e) O direito à educação não está incluído entre os direitos fundamentais garantidos pelo Estatuto.

69. Nos termos do ECA, quanto ao direito à convivência familiar e comunitária, assinale a alternativa correta:

- a) A colocação em família substituta deve obedecer, sempre que possível, à ordem: adoção, tutela e guarda.
- b) A guarda é medida excepcional, aplicável apenas quando não houver possibilidade de adoção.
- c) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar têm caráter provisório e excepcional, devendo ser utilizados como forma de transição para reintegração familiar ou colocação em família substituta.
- d) A adoção de criança por estrangeiro residente fora do Brasil é vedada pelo Estatuto.
- e) A convivência familiar é um direito apenas do adolescente, não abrangendo a criança.

70. A Lei nº 13.431/2017, ao instituir o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, define corretamente o depoimento pessoal como:

- a) A escuta especializada como o procedimento de inquirição judicial da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, conduzido por profissionais capacitados.
- b) O depoimento especial como o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, realizado perante autoridade policial ou judiciária, resguardando sua integridade.
- c) A entrevista forense como um meio de acolhimento psicológico da vítima, sem caráter investigativo, com o objetivo de fornecer suporte emocional.
- d) O depoimento sem dano como a oitiva extrajudicial de crianças vítimas de violência, garantindo a proteção da imagem e da intimidade.
- e) A escuta protegida como um método geral de atendimento psicossocial voltado para crianças

vítimas de qualquer forma de negligência ou violência.

Discursiva 1 (Direito Constitucional)

Redija, de forma fundamentada, um texto dissertativo acerca da inviolabilidade domiciliar, garantida pela Constituição Federal no art. 5º, inciso XI.

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) Conceito de domicílio para a Constituição Federal;
 - b) Hipóteses de admissibilidade de violação domiciliar;
 - c) Posição jurisprudencial (STF) acerca dos limites para a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial;
 - d) Autoridades com poder de ordenar a violação domiciliar.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2 (Direito Administrativo)

“Esses caracteres, que sem dúvida informam a atuação administrativa, de modo algum autorizariam a supor que a Administração Pública, escudada na supremacia do interesse público sobre o interesse privado, pode expressar tais prerrogativas com a mesma autonomia e liberdade com que os particulares exercitam seus direitos. É que a Administração exerce função: a função administrativa. Existe função quando alguém está investido no dever de satisfazer dadas finalidades em prol do interesse de outrem, necessitando, para tanto, manejar os poderes requeridos para supri-las. Logo, tais poderes são instrumentais ao alcance das sobreditas finalidades. Sem eles, o sujeito investido na função não teria como desincumbir-se do dever posto a seu cargo. Onde, quem os titulariza maneja, na verdade, ‘deveres-poderes’, no interesse alheio”

Bandeira de Mello. Curso de Direito Administrativo. 31.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014, p. 72.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do poder de polícia. Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir.

- a) Defina Poder de Polícia.
- b) Cite e explique os atributos do Poder de Polícia.
- c) Apresente as distinções entre Polícia judiciária e administrativa.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 3 (Direito Civil)

Pedro, brasileiro, solteiro, médico, propôs ação pelo procedimento ordinário visando a declarar a nulidade de negócio jurídico entabulado por Paulo e Marcos, tendo em vista que o real objetivo das partes contratantes seria lesar terceiros, o que caracterizaria simulação. Por completa falta de provas, o pedido veio a ser julgado improcedente, com a condenação do autor, também declarado parte legítima, nas verbas sucumbenciais, por decisão do Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca da Capital do estado W.

Um ano e meio após o trânsito em julgado, Pedro veio a descobrir, em virtude de exame em outro processo tramitando na 11ª Vara Cível da Comarca da Capital do estado W, proposto por Paulo em face de Ester, documento comprobatório da simulação do negócio jurídico, que fora guardado pelo mesmo em cofre bancário com senha de acesso exclusiva ao correntista.

Ciente do ocorrido, Pedro requereu certidão integral dos autos do referido processo e apresentou a ação cabível para desconstituir a decisão proferida anteriormente.

Considerando o caso hipotético, desenvolva uma resposta, indicando os aspectos relevantes do que foi narrado quanto às questões materiais e processuais.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 4 (Direito Processual Civil)

O Código de Processo Civil de 2015 reforçou uma virada cultural no processo brasileiro: substituiu o formalismo excessivo por uma engrenagem orientada a resultados e à tutela efetiva de direitos. Princípios como a primazia do julgamento do mérito (art. 4º), a duração razoável do processo (art. 4º c/c art. 5º, LXXVIII, CF/1988), a boa-fé objetiva (art. 5º), o contraditório substancial (arts. 9º e 10) e a cooperação (art. 6º) compõem um eixo de racionalidade que exige do juiz, das partes e dos auxiliares do juízo comportamento leal, diálogo efetivo e gestão eficiente do procedimento. Em paralelo, a estabilização e integridade da jurisprudência (arts. 926 e 927) buscam segurança jurídica sem engessar a dinâmica do caso concreto.

Elabore um texto dissertativo, em até 30 linhas, sobre o tema “Princípios gerais do processo civil e sua função de concretizar a tutela jurisdicional efetiva”. No seu texto:

- explique a primazia do julgamento de mérito e a duração razoável do processo como diretrizes de eficiência e acesso à justiça;
- desenvolva o contraditório substancial e a cooperação processual como garantias de participação e lealdade, indicando deveres de todos os sujeitos do processo;
- relacione tais princípios à estabilidade e integridade da jurisprudência (arts. 926 e 927 do CPC), apontando impactos na segurança jurídica e no tratamento isonômico dos jurisdicionados.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 5 (Direito Penal/ Processual Penal)

A pluralidade de arranjos familiares no Brasil convive com velhos e novos ataques à dignidade de seus membros. A Constituição coloca a família sob especial proteção, mas, quando deveres básicos ruem, o Direito Penal intervém para resguardar o estado de filiação, a regularidade do casamento e, sobretudo, os direitos de crianças e adolescentes. Os arts. 235 a 249 do Código Penal tipificam condutas que vão da bigamia ao abandono material, da fraude ao estado civil à subtração de incapaz. Em uma sociedade digital e hiperconectada, a violação desses deveres assume formas discretas, porém devastadoras, exigindo resposta proporcional, humana e eficaz.

Com base nos arts. 235 a 249 do Código Penal, redija um texto dissertativo, discutindo:

- (i) a função dos crimes contra a família na proteção da dignidade e do melhor interesse de crianças e adolescentes;
- (ii) a tensão entre intervenção penal mínima e tutela reforçada das relações familiares;
- (iii) desafios probatórios e políticos criminais atuais.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
